

6

Considerações finais

Não há dúvidas sobre os limites desse trabalho, principalmente no que diz respeito à generalização das inferências aqui apresentadas. Seria muito precipitado afirmar ser possível chegar a conclusões sobre a problemática estudada. Além de tratar-se de uma pesquisa de curto fôlego, já que tomou por base empírica apenas quinze depoimentos, as considerações relatadas no desenvolvimento dos capítulos foram construídas a partir da análise parcial – porque realizada a partir do ponto de vista de um único sujeito – de concepções igualmente parciais – porque reveladas num dado momento sob as circunstâncias específicas que constituem uma entrevista. Considerando, então, o caráter subjetivo do processo de construção das fontes através da metodologia de entrevistas e a ausência de outros recursos empíricos, como a observação da prática pedagógica, por exemplo, que pudessem complementar a constituição dos dados apresentados, limito-me a apresentar tão somente algumas considerações provisórias. No entanto, essas limitações não invalidam ou comprometem a seriedade e o compromisso que foram empregados na elaboração da pesquisa, tampouco diminui a credibilidade das considerações a serem apresentadas, apenas restringem o seu alcance, tornando-as parciais e circunscritas à realidade aqui investigada, e as configura como pontos de partida para outras investigações, mais amplas e aprofundadas.

A questão desse trabalho se localiza na defesa do ensino de história como um espaço privilegiado para a relação entre Educação, Direitos Humanos e Democracia. Espaço esse que tem se realizado apenas como possibilidade, e nesse sentido me parece bastante amplo, porém o caminho a ser percorrido para a sua efetivação ainda é longo. A aliança entre o ensino de história e a educação em Direitos Humanos, apesar de parecer-me intrínseca, ainda não está presente nos debates acadêmicos, tampouco nas concepções reveladas pelos professores e professoras entrevistados/as. Precisa ser construída, reformulada, refletida, analisada por todos os sujeitos envolvidos – professores/as, alunos/as, pesquisadores/as, gestores/as, sociedade civil organizada, comunidade escolar.

Conforme visto nos capítulos 1 e 2, essa relação se apresenta como intrínseca porque atravessa a constituição da história como disciplina. Nesse sentido é preciso reforçar a idéia da história como espaço privilegiado, mas não exclusivo, para o estabelecimento dessa aliança entre a Educação, os Direitos Humanos e a Democracia. De acordo com o que foi apresentado, o tema dos Direitos Humanos se coloca como urgente em âmbito global, e na sua relação com a educação pretende viabilizar a constituição de uma sociedade mais igualitária e mais justa, através da formação de sujeitos de direitos capazes de atuar de forma consciente na condução de sua vida individual e coletiva. A história se coloca em lugar privilegiado devido à natureza de seu objeto – as ações e relações humanas – e aos seus objetivos, diretamente relacionados ao seu papel formativo. É certo que esse “privilégio” poderia ser estendido a outras ciências humanas e sociais que apresentam características semelhantes, mas não é por falta de exclusividade que esse aspecto pode ser desconsiderado. Mesmo não sendo o único – e melhor é que não seja – o ensino de história como lugar de realização dessa aliança merece destaque, pois a sua inerente relação com o tema dos Direitos Humanos não pode ser ignorada, ao contrário, precisa ser aproveitada e explorada ao máximo.

É notável que o grupo de professores e professoras entrevistados/as perceba a educação e a escola como elementos constituídos e constituintes das relações sociais mais amplas, e não apenas daquelas que se estabelecem no interior da unidade escolar. Essa compreensão, que acredito ser favorecida – e não determinada exclusivamente – pela própria área de formação dos/as profissionais entrevistados/as, viabiliza possibilidades de ampliação das próprias concepções de educação e de história. Daí a existência de certa convergência nas proposições apresentadas. Todos/as os/as professores/as mostraram-se preocupados/as com a sua prática, mas revelaram, de diferentes formas, direta e indiretamente, a inexistência de uma prática regular e sistemática de reflexão sobre ela. A maioria dos/as entrevistados/as trabalha em duas ou mais escolas, situação que reflete a dificuldade enfrentada pela categoria de uma forma geral, que sofre um intenso processo de proletarização. Esse quadro impede a criação de espaços institucionais de debate e reflexão sobre a educação e a prática docente em suas especificidades, dificultando assim a construção coletiva de conhecimento sobre as questões com as quais os/as professores/as se confrontam diariamente. Não há como negar que a prática pedagógica por si só é capaz de proporcionar ao

professor/a experiências inigualáveis, principalmente no que se refere às possibilidades de aprendizagem através do contato com pessoas e realidades diferentes, porém a criação desses espaços de reflexão e construção coletiva se coloca como uma necessidade imediata.

O fato de não fazer parte da vida profissional do/a professor/a de história – e, acredito, da maior parte dos/as professores/as em geral – uma rotina de reflexão sobre sua própria prática não é exatamente uma novidade. Também não são novidades os desdobramentos dessa ausência – profissionais desmotivados, desorientados em relação à adequação da sua prática aos desafios colocados pela realidade educacional, e, na maior parte das vezes, desapontados com os resultados obtidos com o seu trabalho. Porém, apesar disso, é importante destacar que todos/as os/as entrevistados/as apontam para necessidades de mudanças no programas de ensino de história. De maneira mais ou menos geral, suas colocações vão ao encontro daquelas defendidas nas propostas atuais para o ensino de história, que têm como ponto comum a afirmação da disciplina como elemento fundamental no processo de constituição de cidadãos e cidadãs com postura crítica e capacidade de ação na sua realidade social.

A aliança com a educação em Direitos Humanos, portanto, encontra possibilidades através dos próprios objetivos defendidos para o ensino de história. Apesar dos depoimentos dos/as professores/as entrevistados/as revelarem uma boa circulação das idéias que estão na pauta dos debates atuais sobre o ensino de história, ao menos entre este grupo, e indicarem o reconhecimento da necessidade e o desejo da realização de mudanças nesta área, eles também revelam alguns obstáculos que precisam ser transpostos para a plena realização desse enlace tão promissor do ponto de vista das idéias.

A primeira ordem de dificuldades refere-se à realidade educacional nas quais esses/as profissionais se vêm inseridos. Ao lado das dificuldades pedagógicas detectadas através do baixo aproveitamento da maioria dos estudantes, destaca-se a crescente desvalorização da educação e dos seus profissionais. As políticas públicas são ineficientes, descontínuas e não atendem às necessidades da realidade escolar, principalmente quando se considera os efeitos do contexto de violência no qual a sociedade como um todo se insere, elemento esse marcadamente presente na fala dos/as professores/as.

Por outro lado, para além das questões mais gerais sobre a educação e a prática didática, identifico uma outra ordem de desafios relacionada especificamente ao ensino de história. O ensino de história parece se localizar no limite entre o campo da história e o campo da educação, lugar onde é capaz de se apropriar das contribuições teóricas e metodológicas das duas áreas sem se confundir com nenhuma delas. Se por um lado isso oferece determinada independência para o ensino de história, no que se refere à constituição e organização do seu conhecimento, por outro lado me parece que essa área ainda carece de certa autonomia no que se refere ao status por ela ocupado diante da sua ciência de referência. Na formação do profissional de história, a discussão sobre o ensino da disciplina ainda é uma preocupação de menor valor, e isso pode ser ilustrado pela ocorrência minoritária dos cursos de pós-graduação na área de educação entre os/as professores/as entrevistados/as²⁶. Por outro lado, na formação do profissional de educação as preocupações se concentram em questões mais amplas e pouco se discute as especificidades do ensino da disciplina.

Essa situação, me parece, ajuda a explicar a dificuldade dos/as entrevistados/as identificarem a relação existente entre as suas opções teóricas acerca da história – opções essas que nem sempre eram claras – com as suas práticas pedagógicas. Tal característica do ensino de história, aliada a inexistência de espaços efetivos de reflexão sistemática sobre a prática pedagógica, pode comprometer a realização dos objetivos propostos e defendidos para a disciplina.

Através da análise desses objetivos é possível identificar nos depoimentos algumas possibilidades de aliança entre o ensino de História e a educação em Direitos Humanos, porém os professores não estão à vontade para transitar nessa área dado o seu desconhecimento do tema. Apesar de apresentarem algumas indicações que podem ser interpretadas como aproximações ao tema, os professores e professoras não explicitaram em seus depoimentos nenhum tipo de conhecimento a respeito da educação em Direitos Humanos, exatamente porque esse não é um assunto presente nos debates sobre a educação, tampouco nas discussões sobre o ensino de história.

26 Esse quadro parece apresentar recentemente sensíveis mudanças, nesse sentido é notável o espaço que ultimamente tem ocupado o Grupo de Trabalho sobre o Ensino de História na organização da Associação Nacional de História (ANPUH), revelando um número cada vez maior de pesquisadores interessados na temática.

Para o ensino de história se converter efetivamente em lugar privilegiado para a realização da educação em Direitos Humanos, além da incorporação das questões relativas à educação no debate historiográfico, se faz necessário um diálogo mais intenso entre o campo da educação e a área de Direitos Humanos. É fundamental um maior envolvimento da área de educação, e das instituições que a representam – universidades e associações de profissionais entre outros – na direção de assumir a educação em Direitos Humanos efetivamente como um projeto educacional. Há, portanto, a necessidade de reflexão e discussão sobre a validade e o interesse pelo projeto, processo que deve envolver todos e todas (alunos/as, professores/as, profissionais técnicos etc.). Nesse sentido, defendo uma visão multidisciplinar dos Direitos Humanos, capaz de transportar o tema para um campo de múltiplos olhares e ampliar sua compreensão para além do campo do Direito e das Relações Internacionais, onde ele parece estar circunscrito. Dessa forma, talvez seja possível aprofundar e ampliar a discussão das proposições para a educação em Direitos Humanos; tema que, me parece, precisa se fazer presente na formação inicial e continuada dos professores.

Nesse sentido, a aproximação entre os campos da história e da educação por um lado, e da educação e dos Direitos Humanos por outro, poderá de fato contribuir para o diálogo entre o ensino de história e a educação em Direitos Humanos, de forma a promover efetivamente a aliança afirmada como possibilidade. Se, no âmbito das idéias, essa aliança se torna conveniente através da complementaridade entre os objetivos apresentados nas propostas defendidas pelos respectivos especialistas para cada uma das áreas; entre as concepções manifestadas pelos professores e professoras entrevistados/as não foi explicitada nenhum tipo de associação entre a perspectiva de formação de sujeitos históricos (um dos objetivos propostos para o ensino de história) com a de formação de sujeitos de direitos (um dos objetivos propostos para a educação em direitos humanos). É certo que, apesar de oportuna, essa associação não é imediata e não prescinde da introdução do tema dos Direitos Humanos no campo a educação e, por consequência, no ensino de história.

Esse trabalho, mais do que desvelar aspectos gerais sobre o ensino de história e a sua relação com os Direitos Humanos me fez refletir sobre a minha própria prática como professora. A conversa com os/as professores/as me fez perceber a necessidade de tempo para refletir sobre a prática didática, as concepções de história e as múltiplas possibilidades de combinação entre objetivos, papéis e funções para o ensino da disciplina. A aliança com os Direitos Humanos é certamente apenas uma delas, potencialidade que, para mim, se revela como fundamental para a realização dos propósitos que espero ver cumpridos na educação e no ensino de história.